

EDITORIAL

Apresentamos o volume 4, número 1 da Revista Serviço Social em Debate, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Carangola. A presente edição da revista, intitulada *Direitos Humanos e Política Social: impasses e contradições*, tem por objetivo problematizar e debater os desafios dos direitos humanos no âmbito das diversas políticas sociais, destacando o debate sobre os impactos do colonialismo e do racismo no processo de consolidação do capitalismo enquanto modo de produção; as configurações do teletrabalho e o protagonismo feminino no cenário contemporâneo; os múltiplos aspectos da política de assistência social e da categoria de direitos humanos; a questão da redução da maioridade penal, a operacionalização das medidas socioeducativas e os desafios postos aos profissionais de Serviço Social que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais.

O dossiê é organizado a partir do método do materialismo histórico e dialético, sendo as diversas análises e os artigos mediados pelas categorias universalidade, singularidade e particularidade, em consonância com a intersecção que envolve a questão racial, de classe, de gênero e territorial.

O foco desta edição da Revista Serviço Social em Debate, como um dossiê, se refere a concepção de Direitos Humanos, que do ponto de vista formal é reconhecido como o conjunto de direitos universais garantidos a todo e qualquer indivíduo independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos são “*garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana*”. São exemplos de direitos humanos o direito à vida, direito à integridade física, direito à dignidade, o direito às crenças individuais, entre outros.

Os direitos humanos são garantias históricas, que mudam ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades específicas de cada momento, sendo organizados por cada país por meio de negociação com organizações como a ONU e em encontros e conferências internacionais. Neste sentido, a proposta do dossiê é problematizar os desafios e limites dos direitos humanos no âmbito das políticas sociais na contemporaneidade.

O cenário contemporâneo é caracterizado pela racionalização e reengenharia do capital, desencadeadas a partir da implementação da reestruturação produtiva, que introduz a especialização flexível de produção em função da volatilidade da demanda do consumidor,

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA SOCIAL: IMPASSES E CONTRADIÇÕES

voltada à capacidade de responder com rapidez às mudanças na demanda do consumo. A reestruturação produtiva caracteriza-se pela introdução no processo produtivo da automação flexível apoiada na tecnologia microeletrônica; no aumento da produção sem aumento proporcional de demanda de força de trabalho (desemprego estrutural); descentralização do processo produtivo nas empresas e no mundo globalizado; demanda de força de trabalho qualificada e multifuncional; e a flexibilização do tempo e espaço.

As mudanças introduzidas na organização da ordem produtiva desencadeiam transformações no mundo do trabalho, dentre elas destacamos o processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, além da fragilização dos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora e dos próprios sindicatos.

Nesse processo de reestruturação produtiva o espaço é desterritorializado e o tempo cada vez mais flexibilizado, intensificado e presentificado, garantindo assim as condições favoráveis ao capital flexível e especulativo, bem como ao processo de intensificação da violência.

As expressões da Questão Social são individualizadas, naturalizadas, criminalizadas e judicializadas, configurando um cenário de efetivação de um Estado penal e punitivo, que normatiza cada vez mais a vida cotidiana.

Outra característica do cenário contemporâneo é a centralidade e exaltação do individualismo em detrimento da ação coletiva e dos movimentos sociais. O individualismo consiste no antagonismo da cidadania, uma vez que o indivíduo se preocupa apenas com suas questões particulares, representando assim a possibilidade de corrosão e destituição da cidadania.

O espaço público é considerado pelo indivíduo como uma projeção de suas preocupações e questões privadas. A desintegração da rede social e derrocada das agências efetivas de ação coletiva representam tanto uma condição como resultado da nova organização do capital e do poder.

Neste sentido, o cenário contemporâneo - caracterizado pelo conservadorismo, recrudescimento do aparato punitivo do Estado, reducionismo e focalização das políticas sociais - possui diversos desafios e contradições à consolidação dos direitos humanos.

Como efetivar direitos num contexto de intensificação das desigualdades sociais, da pobreza, da violência? Como garantir direitos humanos no bojo da sociedade neoliberal? Como frear a escalada intolerante que vitimiza povos e segmentos sociais? Não é o objetivo dos artigos responder definitivamente estas questões, mas problematizá-las.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA SOCIAL: IMPASSES E CONTRADIÇÕES

Outro desafio na perspectiva da garantia de direitos humanos é ultrapassar o individualismo e o pragmatismo, no sentido de um sujeito reconhecer o outro como detentor dos mesmos direitos humanos e sociais. Cada indivíduo constitui um sujeito histórico e social, inserido na luta pela efetivação de todos os direitos humanos e sociais para todas as pessoas.

Também é necessário romper com a perspectiva da presentificação e consumismo - características intensificadas pelo neoliberalismo -, ultrapassando a visão do ser humano como mera força de trabalho ou mercado de consumo. Os direitos humanos e a cidadania existem para consolidar as bases humanas da sociedade, buscando ultrapassar e enfrentar as diversas formas de preconceito, violações, desrespeito e violências aos sujeitos detentores desses direitos.

A luta pelos direitos humanos consiste num processo contínuo, perpassado por princípios éticos e pelo compromisso político com o exercício da cidadania. Pensar os direitos humanos no cenário contemporâneo é desvelar as diversas formas de violação e violência, que perpassam o campo das políticas sociais, e, problematizar os espaços de resistência e lutas políticas. Neste sentido, o dossiê publiciza diversas produções e reflexões teóricas de um conjunto de autores, que também se colocam como processos de lutas, resistência e compromisso ético político.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA SOCIAL: IMPASSES E CONTRADIÇÕES

Profa. Dra. Lobelia da Silva Faceira – UNIRIO

Graduada em Serviço Social, Mestre em Serviço Social (PUC-Rio); Doutora em Educação (PUC-Rio), Pós-doutora em Políticas Sociais (PPGPS/UFF); Professora associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq.

E-mail: lobeliafaceira@gmail.com

Profa. Dra. Nivia Valença Barros – UFF

Graduada em Serviço Social, Mestra em Educação, Doutora em Psicologia, Pós-doutora em Ciências Sociais. Professora Associada vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania – UFF. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail:

barros.nivia@gmail.com

Profa. Dra. Josélia Ferreira dos Reis - Justiça Federal do Rio de Janeiro

Graduada em Serviço Social, Doutora e Mestre em Política Social pelo PPGPS/UFF; Pesquisadora do NUDHESC/UFF e do NUPHPS/UFF; Assistente social da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E-mail:

joseliareis16@gmail.com